

Batalha no Congresso tem 1º. round

CORREIO BRAZILIENSE

verá acontecer nesta semana.

21 ABR 1990

O Congresso Nacional pode rejeitar hoje o veto presidencial à sua lei de política salarial. Tudo vai depender da presença da maioria absoluta dos parlamentares — 249 deputados e 38 senadores. Se mantido, os partidos de oposição pretendem votar ainda nesta semana o projeto de lei de conversão da Medida Provisória 199, que deverá incluir a mesma proposta vetada por Collor de indexação salarial. O veto em questão é o 55º item da Ordem do Dia, mas a inversão da pauta já está assegurada pelas lideranças partidárias, inclusive pelos líderes do Governo, senador Ney Maranhão (PRN/PE), deputado Gastone Righi (PTB/SP) e deputado Afif Domingos (PL/SP).

De acordo com o líder do PSDB na Câmara, deputado Euclides Scalco (PR), a oposição conta com o voto de 30 parlamentares de partidos governistas, que deverão compensar as defecções que podem ocorrer

principalmente nos quadros no PMDB. A presença dos congressistas é tida como certa, por conta do patrulhamento ameaçado pelo Diap e lideranças sindicais da CUT, já que o veto é secreto. Ainda assim o PT propôs que todos os líderes, e pelos menos os de oposição já aceitaram, deverão encaminhar a votação declinando o voto. O Partido dos Trabalhadores sugeriu, também, que todos os congressistas façam declarações de voto e já convocou todas as lideranças sindicais para permanecerem em Brasília nos próximos três dias.

Scalco não acredita que a extensão do abono concedido pelo Governo aos aposentados e pensionistas possa mudar a posição dos deputados ou senadores. "A 43 dias das eleições ninguém vai deixar de comparecer, ainda que vote pela manutenção", afirmou. Não descartá a possibilidade da votação acontecer amanhã por falta de quorum, mas está convencido de que de-

Se o patrulhamento pelos partidos de esquerda na deliberação sobre o veto é difícil, graças ao voto secreto, a apreciação do projeto de lei de conversão da Medida Provisória 199 será aberta e nominal. Se a indexação salarial é o pivô de toda a história, a briga continua, pois foi incluída no parecer do relator, deputado Tidei de Lima, da Comissão Mista que analisa a medida. Se aprovado, o projeto de conversão também poderá ser vetado pela Presidência da República. A emenda proposta pelo PSDB, por exemplo, mantém o abono, modifica a política de reposição das perdas salariais e inclui, também, a indexação. Daí porque a insistência da oposição em apreciar primeiro o voto e, depois a MP. Se a oposição conseguir derrubar o voto da Medida Provisória 199, será mantido apenas o abono, tal como proposto pelo Governo.